



CARTILHA DAS **RODAS** CULTURAIS

COMISSÃO ESPECIAL DA
JUVENTUDE

COMISSÃO ESPECIAL DA
JUVENTUDE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



· ALERJ ·

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO RIO DE JANEIRO

POR QUE ESSA CARTILHA EXISTE? **A CRIMINALIZAÇÃO DAS RODAS CULTURAIS**

As rodas culturais são sucesso entre a juventude do Rio de Janeiro e centenas delas acontecem semanalmente em todo o estado. São nelas que muitos jovens começam se divertindo e, com o passar do tempo, encontram na **cultura hip hop** uma perspectiva de vida. As rodas disputam a juventude com o do crime à medida que se tornam espaços de **lazer**, de **geração de renda** e de **formação crítica**.

As políticas públicas para as favelas e subúrbios não podem se resumir a operações policiais, à criminalização da cultura negra e à perseguição de seus produtores, enquanto os aparelhos culturais públicos se concentram majoritariamente na área central da capital. Assim surge a Cartilha das Rodas Culturais, com a finalidade de reunir um pouco da **história** desses espaços e dos **direitos** de seus organizadores e frequentadores.

Comissão Especial da Juventude

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, outubro de 2019

Coletivo FALA

Liga das Rodas Culturais do Estado do RJ

Rap in Favela (Teresópolis)

Roda Cultural da Central (Rio de Janeiro)

Roda Cultural do Centenário (Duque de Caxias)

Roda Cultural do Pac'Stão (Rio de Janeiro)

Roda Cultural Piraiense (Pirai)

Roda Cultural do Ponto de Luz (Teresópolis)

Roda Cultural do Terreirão (Rio de Janeiro)

www.comissaoespecialdajuventude.com

HISTÓRIA DO HIP HOP E DAS RODAS NO BRASIL E NO RJ

Bronx, subúrbio de Nova York, 1973. Clima de pista salgada para os negros e latinos moradores da região, que viviam uma realidade de pobreza e violência. Em agosto daquele ano, o **DJ Kool Herc**, com influência dos soundsystems do Caribe, organiza a primeira festa de rua de hip hop. Em 12 novembro (considerado, hoje, **Dia Internacional do Hip Hop**), **Afrika Bambaataa** funda o primeiro coletivo de Hip Hop, a **Zulu Nation**, que define o movimento em quatro elementos: **break, DJ, MC e grafitti.**

COMISSÃO ESPECIAL DA JUVENTUDE

A **Comissão Especial da Juventude da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**, presidida pela deputada Dani Monteiro, tem como objetivo construir um relatório sobre a situação da juventude no estado. Para isso, foram estabelecidos cinco eixos de pesquisa: **Educação, Prevenção à Violência, Trabalho, Saúde e Cultura.** A juventude representa uma potência cultural e comunitária que precisa ser valorizada. Esse setor é atingido diretamente com o desmonte dos equipamentos culturais, bem como com a falta de incentivo e oportunidades. Quer conhecer a CEJUV? Acesse nosso site: www.comissaoespecialdajuventude.com.

LEGISLAÇÃO E DIREITOS

ARTIGO 215 DA CONSTITUIÇÃO

O Artigo 215 da Constituição Federal da 1988 diz que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos **direitos culturais** e acesso às fontes de cultura nacional, e incentivará as diversas **manifestações culturais**.

LEI ESTADUAL N. 7837

Foi uma conquista do movimento. Além de reconhecer o Hip Hop e todas as suas manifestações artísticas como **patrimônio cultural imaterial**, impede que as forças policiais possam acabar com os eventos e garante que as Rodas Culturais estão **dispensadas da prévia autorização**.

HIP HOP NAS ESCOLAS

Segundo a mesma lei, as **instituições de ensino da rede estadual** devem debater em seus fóruns a inclusão de ações de divulgação como oficinas, debates e aulas temáticas sobre o hip hop. Cabe aos produtores buscarem as unidades de ensino para garantir que o tema seja incluso em seu planejamento anual.

cultural alternativo, promover capacitações e integração dos seus gestores.

§1º As Rodas Culturais, que englobam rodas de rima, de breaking e de grafite e encontros de DJs e beatmakers, entre outras, são encontros comunitários da cultura Hip Hop que acontecem de maneira periódica em espaços públicos, totalmente gratuitos e sem qualquer restrição a circulação das pessoas.

§2º As Rodas Culturais estão dispensadas da prévia autorização da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ, da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – PCERJ e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ, desde que não haja montagem de palcos, arquibancadas e camarotes.

Art. 4º Caberá às instituições de ensino situadas no Estado do Rio de Janeiro, a partir de discussão em seus fóruns, desenvolver ações de divulgação como oficinas, debates e aulas temáticas sobre a cultura Hip Hop.

Art. 5º Fica proibido qualquer tipo de discriminação ou preconceito, seja de natureza social, racial, cultural ou administrativa contra a cultura Hip Hop ou seus integrantes.

Art. 6º Os artistas da cultura Hip Hop são agen-

tes da cultura popular e, como tais, devem ter seus direitos respeitados.

Em uma eventual dura, o que o policial pode fazer?

Ao ser abordado, você pode solicitar a identificação do agente. É proibido que o policial constranja a pessoa que está sofrendo a revista. Ameaças ou agressões feitas por um policial durante uma revista para que confesse algo ou forneça informações podem ser encaradas como **abuso de autoridade** ou tortura e podem ser denunciadas (**Art. 3º e 4º da Lei 4.895/1965**). Após a verificação, o agente deve imediatamente devolver seus documentos. **Só se pode ser levado à delegacia caso seja preso em flagrante ou se houver ordem judicial**. O policial não pode te prender somente por estar sem documentos ou por estar organizando ou participando de uma Roda Cultural.

O policial pode mexer no meu celular?

Se você não estiver cometendo nenhum ilícito, **o agente não pode pegar seu celular, desbloqueá-lo ou obrigá-lo a fazê-lo**. Ele só tem autorização para agir dessa forma se o revistado for pego em flagrante. Você não é obrigado a desbloquear seu celular ou mostrar qualquer coisa

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 09 de janeiro de 2018.



A polícia pode interromper a realização da roda cultural?

Em regra, a realização das rodas não pode ser interrompida. A Lei Estadual 7.837/2018 deu respaldo para a realização das mesmas. Caso haja montagem de palcos, arquibancadas ou camarotes, será necessária autorização dos órgãos competentes.

CANAIS DE CONTATO

DEFENSORIA PÚBLICA

DISQUE 129

SUBPROCURADORIA GERAL DE DIREITOS
HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

21 25509050

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA
ALERJ

21 25881000

ABORDAGEM POLICIAL

Quem pode realizar a abordagem e com qual justificativa?

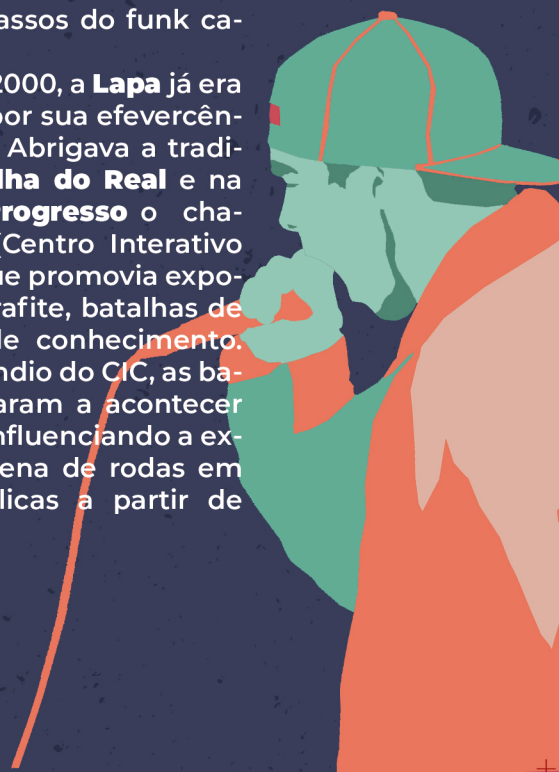
Policiais Militares e Cíveis podem revistar pessoas nas ruas sem ordem do juiz, desde que haja suspeitas concretas de que o revistado esteja portando armas ou drogas ilícitas (§2º do Art. 240, e Art. 244 do Código de Processo Penal). Não se justifica a revista de uma pessoa somente por ser um jovem negro, organizador ou frequentador de uma roda cultural. No caso das mulheres, quando abordadas podem pedir que sua revista seja feita por policiais do gênero feminino (Art. 249 do Código de Processo Penal).

O que o policial pode te perguntar e o que você é obrigado a responder?

O policial pode pedir sua identificação. Mesmo não havendo lei no Brasil que obrigue a andar com documento de identificação, é recomendado que ele esteja sempre com você. Caso não

No Brasil, o **break** e o **grafiti** são os primeiros a chegar em SP, no final da década de 70, cupando o **Largo São Bento**, que ficou conhecido como o berço do Hip Hop no Brasil. Nos anos 80, o **Miami Bass**, subgênero do Rap, chega ao RJ e influencia os primeiros passos do funk carioca.

Nos anos 2000, a **Lapa** já era conhecida por sua efervescência cultural. Abrigava a tradicional **Batalha do Real** e na **Fundação Progresso** o chamado **CIC** (Centro Interativo de Circo), que promovia exposições de grafite, batalhas de sangue e de conhecimento. Após o incêndio do CIC, as batalhas passaram a acontecer nos Arcos, influenciando a explosão da cena de rodas em praças públicas a partir de 2010.



Lei Nº 7837 de 09 de janeiro de 2018

Art. 1º Fica declarada como Patrimônio Cultural de natureza imaterial do Estado do Rio de Janeiro a cultura Hip Hop e todas as suas manifestações artísticas, como breaking, grafite, rap, MC e DJ.

Art. 2º Autoriza o Poder Público a assegurar e fomentar a cultura Hip Hop, a realização de suas manifestações próprias, sem quaisquer regras discriminatórias, nem diferentes das que regem outras manifestações da mesma natureza.

§1º Os assuntos relativos à cultura Hip Hop deverão, prioritariamente, ser tratados pela Secretaria Estadual de Cultura, que poderá abrir edital específico para o tema.

§2º Autoriza a promoção de ações de divulgação, formação e capacitação, ligadas às modalidades artísticas características da cultura Hip Hop, além de atividades que visem à discussão, à troca e ao debate de ideias relativas às políticas públicas para a juventude.

Art. 3º Fica assegurada a realização de Rodas Culturais no Estado do Rio de Janeiro, cujo objetivo é fomentar a criação das Rodas Culturais para divulgar a cultura Hip Hop, valorizar suas atividades, incentivar seu potencial turístico